

■ FASCISMOS E NEOFASCISMOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

Gabriela Santi Pacheco¹

Pedro Tanagino²

Nas últimas décadas, houve a emergência de grupos que se voltam contra marcos na construção das democracias do século XX, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos trabalhistas, os direitos civis e os movimentos sociais. Esses utilizam-se amplamente de discursos de ódio e violência contra seus adversários políticos, identificados de forma mais ou menos genérica como “a esquerda”, “os globalistas”, “os identitários”, “a ideologia de gênero”, entre outros conceitos antitéticos e assimétricos pelo seu conteúdo derogatório em seu vocabulário político, que se concentra no âmbito das direitas.

O avanço, de forma crescente, de movimentos e culturas políticas nascidos no campo das direitas radicais e extremas direitas é, portanto, uma realidade, que pode ser observada desde os marcos históricos “passados”, como os atentados de 11 de setembro de 2001, a Crise de 2008 e a Primavera Árabe em 2011, até as expressões mais recentes, como o crescimento de partidos de extrema direita – Chega, em Portugal, e Vox, na

¹ Doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT – 2023.00597.BD). Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Investigadora associada e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória. Investigadora colaboradora do Grupo História, Memória, Políticas Públicas (CEIS20). Integra a International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas) e o projeto História da Ditadura. E-mail: gabriela.pacheco@uc.pt

² Pesquisador em estágio de Pós-Doutoramento com o projeto "Libertas Quae Sera Tamen: por uma educação pública mineira de formação republicana e democrática" (Bolsa PDJ-CNPq-FAPEMIG/PPGH-UFJF). Pós-Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Bolsa PEPGH-PUCSP/CAPES-PNPD, 2019-2022). Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - Bolsa CAPES, 2018), com Estágio de Doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL Bolsa CAPES/PDSE, mar-ago 2017). Pesquisador do grupo Direitas, História e Memória (UFJF/CNPq), das redes "NETCOR" (International Network for Studies on Corporatism and the Organized Interests/Universidade Nova de Lisboa) e REDET (Red de Estudios de Estados de Excepción y Terrorismo de Estado/Universidad de Santiago de Compostela), e dos GT's "Grupo de Estudos Sobre Integralismo - GEINT" (UFF/CNPq), "História dos Partidos e Movimentos de Direita" (CNPq) e "História, Direita e Autoritarismo" (ANPUH). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3260860883528869>

Espanha, são exemplos – e a consolidação de governos, como o de Viktor Orbán, na Hungria.

Essas direitas, velada ou abertamente antidemocráticas, encontram-se em um processo de ascensão não visto desde o período entre as duas guerras mundiais (1918-1939), no âmbito da escalada autoritária gerada pelos fascismos, como o de Benito Mussolini e o de Adolf Hitler, que resultou na catástrofe da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto. O fascismo, entretanto, não se restringiu aos regimes italiano e alemão, constituindo-se como um fenômeno mundial e transnacional, que assumiu diversas variantes e interpretações políticas. Houve, por exemplo, um profundo processo de transferências políticas e práticas, marcado por diálogos entre América Latina e Península Ibérica. Isso porque, em decorrência de condições fronteiriças e interações históricas, políticas, sociais e culturais entre Espanha, Portugal e países latino-americanos, configurou-se um amplo campo de circulação de ideias, o que influi significativamente na composição política dessas direitas (Grecco; Gonçalves, 2022).

Desde as primeiras interpretações marxistas dos anos 1930 até a contemporaneidade, que possui perspectivas investigativas que contemplam a história transnacional e a ascensão de grupos neofascistas, o campo dos estudos sobre fascismo é profícuo e imprescindível, uma vez que muitas organizações contemporâneas acionam constantemente o passado fascista. Assim, refletir sobre os fascismos faz-se relevante, não só pela estrita compreensão do fascismo histórico, como também pela possibilidade de estabelecer conexões, semelhanças e divergências entre passado e presente. A partir disso, o campo de estudos sobre extremas direitas, direitas radicais e fascismos tem se desenvolvido, com expressivas investigações acerca dessas temáticas.

Como exemplo, para os marxistas, o fascismo é explicado como parte da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Ou seja, seria o resultado da tendência do capitalismo monopolista em organizar a vida social e o mundo do trabalho de forma totalitária, constituindo uma forma de reação antiproletária e, conseqüentemente, sendo um fenômeno com sua base social na classe média (Bottomore, 2001).

Em outra perspectiva, que se fortaleceu no campo da sociologia, aborda-se o fascismo por meio de uma “definição tipológica multidimensional”, proposta por Juan Linz (1976). Essa tendência define o fascismo como um movimento hipernacionalista, ou pan-nacionalista, antiparlamentarista, antiliberal, anticomunista, populista, antiproletário, com possíveis traços antiburgueses e anticlericais, mas não necessariamente com o objetivo de implantar uma ditadura e impor o modelo corporativista de organização dos

mundos do trabalho e da representação política. Nela, destaca-se a retórica e o estilo próprios de discurso e performance políticos. Assim, a ação política fundamenta-se na combinação de táticas legais e ilegais, o que envolve a participação eleitoral, ao mesmo tempo em que há o emprego da violência e do terror.

Há, também, uma corrente que observa os fascismos enquanto fenômenos da cultura. Zeev Sternhell (1998), por exemplo, sustenta que, antes de se tornar uma força política, o fascismo definiu-se como uma cultura política, surgindo como parte de uma rebelião cultural nascida entre o final do século XIX e início do século XX, e espalhou-se por diversos países da Europa – e posteriormente para outras regiões – contra o legado do Iluminismo e a Revolução Francesa. Nesse sentido, é visto como um fenômeno cultural e político independente, que não foi menos autossuficiente do ponto de vista intelectual do que o socialismo ou o liberalismo.

Ademais, a historiografia do fascismo tem buscado, notadamente nas últimas décadas, analisar, entre outras questões, a caracterização e a conceituação do fascismo. Há uma vertente nos estudos sobre fascismo, defendida por autores como Stanley Payne (1995) e Michel Mann (2011), que estabelece uma explicação fundamentalmente europeia para o fascismo. Este último argumenta, partindo de um “mínimo fascista”, caracterizado pelo nacionalismo, pelo estatismo, pela transcendência, pela depuração e pelo paramilitarismo, que apenas na Europa houve movimentos fielmente fascistas. Nesse sentido, essa abordagem enfatiza a singularidade do fascismo italiano existente entre 1919 e 1943, restringindo o fascismo, portanto, ao contexto histórico e à conjuntura de ascensão de Benito Mussolini e do Partido Nacional Fascista (PNF). Argumenta-se, assim, em torno do “fascismo histórico”, por meio de uma abordagem que descarta a aplicação do conceito de “fascismo” a fenômenos congêneres em outros espaços e tempos (Saccomani, 1998).

Em contraposição, há uma perspectiva pautada pela compreensão de que o fascismo transcendeu a experiência na Europa, estabelecendo-se em diferentes contextos nacionais para além do universo europeu, marcado fundamentalmente pelas experiências italiana e alemã. Com isso, as investigações buscam analisar fenômenos correlatos em diferentes espaços e tempos, sendo chamada de abordagem dos “fascismos genéricos” (Griffin, 2006), na qual se entende o fascismo enquanto um fenômeno mundial e transnacional que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas (Finchelstein, 2019).

Com esse contexto em vista, parte-se, neste dossiê, da compreensão de que o fascismo pode ser interpretado tanto como fenômeno nacional quanto transnacional, uma

vez que transcendeu as fronteiras nacionais, todavia se ancorou em comunidades nacionais. Isso porque grupos, movimentos e regimes fascistas diferiram de acordo com contextos políticos e culturais específicos, mas apresentaram comunicações, trocas, interações e transferências entre congêneres (Bauerkämper; Rossoliński-Liebe, 2017), como é o caso da circulação de ideias e práticas na Ibero-América.

Sendo assim, este dossiê tem como proposta reunir investigações sobre as direitas constituídas nos séculos XX e XXI, com foco em grupos e regimes fascistas e neofascistas, partindo de uma perspectiva que considera as ligações desenvolvidas por meio de diálogos entre América Latina, Espanha e Portugal, visto que ainda são poucas as pesquisas sobre os fascismos nesse espaço transnacional, principalmente no que se refere ao recorte ibero-americano (Cf. Pinto, 2021, Grecco; Gonçalves, 2022). Tenciona-se contribuir com pesquisas sobre o passado dos fascismos ao mesmo tempo em que se busca a reflexão sobre os problemas atuais enfrentados por sistemas democráticos da América Latina e da Península Ibérica, que vivem o crescimento de formas de pensamento e ação política antidemocráticas.

O enfoque no cenário ibérico abre este dossiê, com três textos que refletem sobre experiências autoritárias em Espanha e Portugal no contexto da era dos fascismos. Toni Morant i Ariño investiga o surgimento da *Falange Española* e os desdobramentos durante a Guerra Civil espanhola, sobretudo no que se refere aos contatos com o Nazismo alemão e às reações da Igreja Católica. A conjuntura lusitana, por sua vez, é explorada por Andreise Gauterio Santorum, que analisa o ideal de teatro fascista promovido pelo intelectual António Ferro à frente do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo de António de Oliveira Salazar. Ainda sobre Portugal, Elisa Fauth e Vitória Almeida Machado trazem à discussão o projeto de educação feminina do regime salazarista, por meio da análise de periódicos voltados para o público feminino, na qual buscam ampliar o debate sobre as relações de gênero e os espaços destinados às mulheres no âmbito da cultura política autoritária estadonovista.

Na sequência, há duas contribuições acerca da formação de redes de sociabilidade entre as direitas europeias e brasileiras. Leandro Pereira Gonçalves fala sobre a circularidade de ideias entre os integralismos organizados em Portugal e no Brasil. Ainda que sejam demarcadas diferenças significativas entre os dois movimentos, o autor examina a influência exercida pelo Integralismo Lusitano na organização da Ação Integralista Brasileira (AIB), expondo as relações estabelecidas a partir da análise da rede intelectual transnacional que se formou entre integralistas dos dois lados do Atlântico. Já

Borja Pérez Climent realiza uma análise comparativa entre os dois movimentos fascistas mais destacados no espaço ibero-americano do período entreguerras, a AIB e a *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FE-JONS), bem como apresenta a relação que Plínio Salgado, chefe nacional da AIB, manteve com o regime de Francisco Franco, na Espanha.

Dando prosseguimento, são apresentados três artigos cujo foco de análise é o fascismo estabelecido no Brasil, que se configurou como a maior expressão fascista na América Latina. Em uma reflexão teórica, Carlos Martins analisa o integralismo brasileiro enquanto variante da ideologia fascista, evidenciando tanto as características que permitem enquadrar o movimento neste amplo fenômeno como as questões que demarcam a sua particularidade. Maria Rita Chaves Ayala Brenha, por seu turno, discorre sobre o projeto integralista de construção de um “Estado Integral” em moldes totalitários, colocando em evidência o contexto brasileiro pós-Revolução de 1930 para tratar a influência do fascismo, especialmente italiano, na estrutura organizacional burocrática da AIB e no estabelecimento das “Cortes do Sigma”. O modelo fascista estabelecido pelo integralismo brasileiro é apresentado, também, por Ana Júlia Corrêa Ferreira e Larissa Frazão Silva, que investigam a propaganda e o imaginário veiculados nos dois principais jornais integralistas, *A Offensiva* e *Monitor Integralista*. Em uma análise comparativa entre eles, as autoras demonstram o modelo de propaganda fascista adotado pela AIB e apontam a forma como ambos os periódicos complementavam-se na transmissão de ideias.

O encerramento deste dossiê fica a cargo de dois trabalhos que abordam o cenário das direitas no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Gabriel Soares Predebon analisa as reverberações do fascismo brasileiro após o fim da AIB, com o estabelecimento do Partido de Representação Popular (PRP) após o retorno de Plínio Salgado do exílio em Portugal. Há como foco a relação de Ironides Rodrigues – um dos mais destacados militantes do movimento negro brasileiro – com o integralismo, bem como a sua contribuição, com análises cinematográficas, no principal periódico perrepista, *A Marcha*. Por fim, Ygor Klain Belchior e Gabriel Cabral Bernardo abordam o neofascismo e os usos do passado em torno do imaginário da Esparta Antiga, nomeadamente na conjuntura brasileira, demonstrando que a ascensão da extrema direita e de grupos neofascismos acende a discussão sobre a apropriação do passado histórico na criação de discursos de ódio e violência contra minorias e contra a democracia no país.

A partir do enfoque ibero-americano, que possibilita deslocar a centralidade – e por vezes exclusividade – posta nos fenômenos fascistas em Itália e Alemanha, este dossiê busca contribuir com o debate sobre organizações e ideias fascistas que circularam na sociedade tanto no período entreguerras como após 1945, uma vez que se tem visualizado ressonâncias antidemocráticas na sociedade contemporânea. Com isso, espera-se que o volume traga reflexões sobre os fascismos e neofascismos, auxiliando no aprofundamento histórico a respeito dos diferentes modelos estabelecidos nos dois lados do Atlântico, que ora apresentam aproximações, em seus contatos e redes transnacionais, ora demonstram afastamentos, particularidades e disputas por influência.

Referências

BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. Introduction. In: BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz (Eds.). *Fascism without Borders: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945*. New York: Berghahn, 2017, p. 1-38.

BOTTOMORE, Tom. Fascismo. In: BOTTOMORE, Tom et.al. (Edit.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 147-148.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

GRECCO, Gabriela Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (Eds.). *Fascismos iberoamericanos*. Madrid: Alianza editorial, 2022.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London and New York: Routledge, 2006.

LINZ, Juan J. Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective. In: LAQUEUR, Walter (Org.). *Fascism: A Reader's Guide*. Berkeley: University of California Press, 1976.

MANN, Michael. *Fascistas*. Lisboa: Edições 70, 2011.

PAYNE, Stanley. *A History of Fascism (1914-1945)*. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.

PINTO, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 466-475.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (Orgs.). *El nacimiento de la*

ideología fascista. Madrid: Siglo Vintiuno de España Editores, 1998.